

Alice Ribeiro Casimiro Lopes

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

alicecasimirolopes@gmail.com

Política como discurso: construindo outra problemática para o currículo

Os trabalhos que se utilizam da concepção de política como discurso para análise das políticas de currículo vêm se ampliando tanto do Brasil quanto no exterior. Muitos desses trabalhos apóiam-se nas relações entre política como texto e política como discurso elaboradas por Stephen Ball, as quais têm apoio no pensamento foucaultiano e nos estudos de Barthes. Partindo da análise das potencialidades e limites dessa proposta de análise, procuraremos defender a fecundidade do uso da teoria do discurso de Laclau para análise das políticas de currículo. Em nossa argumentação, procuraremos evidenciar como essa teoria não só é significativa para construir outras questões de análise e novas problemáticas de pesquisa, mas também potencializar o espaço de contestação e mudança das atuais políticas de currículo.

Ana Mouraz

Centro de Investigação e Intervenção Educativas – Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto

anamouraz@fpce.up.pt

Das tarefas epistemológicas dos estudos curriculares à explicitação dos seus sujeitos

A epistemologia tem servido, ao longo do tempo histórico, para estudar criticamente a forma das ciências, isto é, o modo racional que lhes confere esse carácter distinto que as faz ciências e não opinião ou filosofia. Para além dessa necessidade fundamental de demarcação, são tarefas da epistemologia o discernimento cuidadoso da natureza dos elementos que sistematizam cada disciplina científica, sejam eles de tipo ontológico ou metodológico, bem como a identificação clara da natureza dos processos que são desenvolvidos no seio da comunidade científica dessa disciplina para a construção do seu objecto. No campo epistemológico do currículo, a procura da legitimidade faz-se através das mesmas tarefas. Quais são as tarefas epistemológicas dos estudos curriculares? Uma re-análise dos textos fundamentais do campo permite constatar que as relações teoria / prática; as condições de objectivação do currículo; a prioridade e a importância, relativas, dada a cada uma das questões processuais do currículo (a saber: a quem, o quê, para quê e como ensinar) são aspectos recorrentes em todas as abordagens teóricas e ajudam a definir o campo. Por outro lado, as mesmas tarefas / preocupações quando equacionadas por abordagens diversas que atravessam a comunidade científica dos estudos curriculares definem culturas epistémicas próprias. Assume-se assim o reconhecimento amplo e aprofundado da iniciativa do sujeito na construção científica do campo curricular.

Para além do estatuto de construtor da ciência que a epistemologia contemporânea consensualizou, importa delinear os perfis dos sujeitos que definem as culturas epistémicas que têm ocupado o campo do currículo. É essa tarefa que operacionalizamos, argumentadamente, neste texto.

2. Currículo, Equidade e Qualidade**Maria Luísa Alonso**

Instituto de Educação – Universidade do Minho

alonso@ie.uminho.pt

Propostas-chave para um currículo coerente baseado na qualidade e equidade

Nesta comunicação pretendo abordar as relações entre estes três conceitos – currículo, qualidade e equidade, tendo por base as três vertentes dos direitos humanos na educação: direito à educação, a educação segundo os direitos humanos e a educação para os direitos humanos.

Num segundo momento, com base num Referencial sobre “Coerência curricular”, apresentarei algumas ideias-chave ou compromissos para a configuração de um currículo baseado na qualidade e equidade e as suas implicações, tanto na formulação do currículo nacional como na construção do currículo nas escolas e nas aulas.

Espera-se contribuir para o debate de ideias e propostas acerca deste tema considerado central na consecução de uma educação mais inclusiva e integrada, mais justa e respeitadora dos direitos humanos universais e, dum modo mais específico, dos direitos da criança.

Alfredo Veiga-Neto

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Equidade e currículo

Buscar a proveniência de um conceito não significa buscar um suposto sentido original e remoto que teria se perdido ao longo da História. Não significa, tampouco, estabelecer a verdade definitiva do conceito. Mas significa, sim, examinar os deslocamentos de sentido que aconteceram, procurando estabelecer suas conexões com as mudanças culturais, políticas, econômicas etc. A partir daí, é possível avaliar, em termos denotativos e conotativos, o que se ganhou ou se perdeu com tais deslocamentos. Isso permite não propriamente restaurar sentidos esquecidos, mas sim estabelecer um maior refinamento no uso do conceito, de modo a promover um grau mais elevado de distinção em relação a conceitos vizinhos, bem como sua melhor aplicação a distintos campos do conhecimento.

No caso do conceito jurídico de *equidade* como ele é hoje compreendido, é interessante constatar que, já presente na filosofia aristotélica (*epitkeia*) e no Direito Romano (*aequitas*), os sentidos atribuídos a esta palavra modificaram-se no transcurso da Idade Média e da Modernidade. Mesmo assim, manteve-se a noção de equidade como postulada ético baseado na realidade social e cultural do grupo *no e sobre o* qual se aplicam determinadas decisões, normas, regras, leis etc. Assim, a equidade funciona como um substrato capaz de informar a distribuição concreta e específica do que é mais justo e seguro, tendo em vista que, por ser abstrata e ampla, nunca a regra consegue cobrir todos os casos práticos. Em outras palavras, a equidade é o critério capaz de orientar imparcialmente quem decide – o juiz, o professor, o árbitro, o mediador etc.–, de modo a complementar aquilo que as próprias regras não prevêm, omitem ou deixam em aberto.

Em um cenário sociopolítico de ampla e intensa proliferação discursiva sobre multiculturalismo, inclusão e celebração da diferença, a equidade tem sido, muitas vezes, reduzida à virtude de agir com justiça ou à simples promoção e distribuição igualitária de direitos. E, na pior das hipóteses, equidade é tratada como sinónimo de igualdade... Em qualquer desses casos, é evidente o empobrecimento dos sentidos hoje atribuídos a essa palavra.

No campo da Educação e, especialmente dos Estudos de Currículo, tal empobrecimento me parece bastante problemático, na medida em que muito se tem a ganhar com o uso dos sentidos tradicionais de equidade. Assim procedendo, compreende-se que essa palavra refere-se ao espaço de que dispõem os professores e as professoras em seu trabalho diário, seja no que concerne *àquilo que ensinam, como ensinam, para quem ensinam e como avaliam*, seja no que concerne às suas ações cotidianas frente a coletivos cuja pluralidade cultural é cada vez mais exaltada. Desse modo, em termos epistemológicos e principalmente políticos, parece-me importante fazer da equidade um imperativo de fundo – baseado em princípios gerais, abertos, fluidos e necessariamente éticos – que dê condições para uma ação docente mais autônoma e justa. São evidentes as relações disso tudo com a formação e o empoderamento docentes, com as políticas curriculares e com os cotidianos escolares.